



projeto
de lei
do

Ato médico Ato -nos

Aprovação do
Projeto de Lei na
CCJ exige união
das categorias
da saúde

Págs. 8 e 9

DIRETORIA

Ricardo Figueiredo Moretzsohn
Presidente

Ana Luiza de Souza Castro
Vice-Presidente

Deusdet do Carmo Martins
Tesoureira

CONSELHEIROS EFETIVOS

Sônia Cristina Arias Bahia
Aluizio Lopes de Brito
Analice de Lima Palombini
Odair Furtado
Francisco Machado Viana

CONSELHEIROS SUPLENTES

Eleuni Antônio de Andrade Melo
Francisco de Assis Nobre Souto
Gislene Maia de Macedo
Marcus Adams de Azevedo Pinheiro
Margarete de Paiva Simões Ferreira
Mariana Moreira Gomes Freire
Rebeca Litvin
Rosimeire Aparecida da Silva
Sandra Maria Francisco de Amorim

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Adriana Marcondes Machado
Diva Lúcia Gautério Conde
Marilene Proença Rebello de Souza
Paulo Roberto Martins Maldos

EDIÇÃO

Ricardo Figueiredo Moretzsohn

COORDENAÇÃO

Yvone Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Patrícia Mendes RP 2945/DF

REPORTAGEM

Camila Nakahara
ascom@pol.org.br

ESTAGIÁRIAS DE COMUNICAÇÃO

Natanry Dias
Anna Carolina Laurindo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ad People Comunicação

TIRAGEM

129 mil exemplares

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SRTVN 702 - Ed . Brasília Rádio Center,
sala 4024 A - Brasília, DF, CEP 70.719-900
Tel.: (61) 4290100 - Fax: (61) 3281728
www.pol.org

Leia matéria nas
págs. 8 e 9

Veja relação na pág. 9

Esta edição do **Jornal do Federal** chega à casa dos psicólogos num momento particularmente tenso. O Projeto de Lei no. 25/2002, de autoria do ex-senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que define o Ato Médico, obteve aprovação na CCJ-Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Com este Andamento, o PL segue agora à **CAS**- Comissão de Assuntos Sociais da Casa, que vai julgar o mérito da proposição. Agora, mais intensamente, temos de unir a categoria e juntarmos-nos a outros profissionais da área de saúde, para impedirmos a aprovação do Projeto pela CAS, na forma como ele se encontra. O Projeto do Ato Médico é um posicionamento mesquinho de uma categoria que busca, neste momento, o corporativismo acima da vida humana. Ou não quer admitir a necessidade da junção dos saberes para se dar conta da Vida, porque entende que, assim, perde mercado. É um interesse puramente comercial, desvinculado de qualquer comprometimento real com o trato com a saúde.

Com o Ato Médico, os profissionais da Medicina que o propõem e apóiam - e sabemos não serem todos- apresentam um Projeto que, declaradamente, busca a reserva de mercado acima de tudo. Não vamos permitir esse descalabro. Onde você estiver, psicólogo, busque o **senador do seu estado** e tente o diálogo com ele, para não aceitar o PL 25/02 no substitutivo em que ele se encontra.

Vamos também intensificar nossa luta contra os manicômios no país. Em março deste ano a Comissão de

Direitos Humanos do CFP esteve em Recife, a apurar mortes seqüenciais em hospitais psiquiátricos do estado. Horas antes da visita de auditoria, conforme relatado na edição 78 do **Jornal do Federal**, mais uma morte havia acontecido. Jamerson Ferreira de Almeida, 30 anos, também morrerá, no Sanatório do Recife, por enforcamento. À morte de Jamerson vieram somar a morte de Jaime José Valença, um dia depois, na mesma capital, e outras mortes, uma após outra, em manicômios espalhados pelo país. Num misto de indignação e revolta, o Sistema Conselhos, em parceria com o Grupo Tortura Nunca Mais e a Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial, e com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, no Dia Internacional contra a Tortura, 27 de junho, promoveu um Ato Coletivo contra essas mortes e torturas reais que acontecem todos os dias, nos catres escuros e desconhecidos dos manicômios do nosso país. Um mês depois, em 22 de julho, também em parceria com a OAB, o Sistema Conselhos realizou *blitz* nacional, em hospitais psiquiátricos. O resultado das vistorias, vamos levar ao poder público.

Curiosamente, ambas as situações, a defesa do Ato Médico e a defesa da manutenção dos manicômios no país, são movidas por interesses visivelmente econômicos, em detrimento à vida.

Isso tudo precisa mudar.

Engajemo-nos nessas lutas como bons guerreiros, no bom combate.

Vamos reagir contra essas ofensivas à vida.

Gostaria de obter mais informações sobre o Seminário "Subjetividade e a Questão da Terra", com previsão de realização em agosto, conforme noticiado no **Jornal do Federal** (maio/2004). Local?

Karen Eidekwein
CRP-07 07042

O Seminário "Subjetividade e a Questão da Terra" vai acontecer em Brasília, de 13 a 15 de agosto, no Auditório da Confederação Nacional da Indústria - CNI.

SÉRIE GENTE DA TERRA



Brasília - DF
Agosto - 2004



Pesquisa do IBOPE retrata psicólogos brasileiros

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatísticas - IBOPE revela que 91% dos profissionais na área de Psicologia são do sexo feminino, contra apenas 9% do sexo masculino.

Encomendada pelo CFP com o objetivo de traçar o perfil do profissional que está atuando na área hoje, no país, e levantar opiniões em relação ao exercício da profissão, segundo o psicólogo Odair Furtado "a pesquisa mostrou-se uma forma eficaz de monitorizar o mercado de trabalho e verificar o comportamento da profissão".

O IBOPE entrevistou 2 mil psicólogos registrados, entre os dias 4 e 25 de março. A margem de erro da pesquisa é de 2.8 pontos percentuais para mais ou para menos. Analisada, a pesquisa demonstra que 65% dos profissionais psicólogos têm hoje entre 26 e 45 anos. Dentre os entrevistados, 58% já fizeram ou estão fazendo algum curso de Pós-graduação, sendo 49%, especialização; 7%, mestrado; e 2%, doutorado. A Psicologia Clínica mantém-se como a principal área de atuação: 45% fizeram ou estão fazendo Pós-graduação nessa área. A Psicologia Organizacional vem em segundo lugar, concentrando 10% dos psicólogos.

Ainda segundo a pesquisa, 58% dos entrevistados exercem somente a profissão de psicólogo, enquanto que 26% exercem a profissão de forma complementar a outras atividades.

Grande parte das atividades em consultórios particulares é exercida por

Perfil do Psicólogo Brasileiro

- A maioria absoluta é feminina.
- Profissionais jovens: 42% têm até 35 anos; 60% se formaram após 1991.
- A renda média fica num patamar modesto: R\$ 2.000,00.
- São profissionais que estão em busca de complementação de sua formação: 58% fizeram ou estão fazendo algum curso de pós-graduação.
- Fica clara a preferência pela área de Psicologia Clínica: 45%.
- 9 em cada 10 psicólogos utilizam o computador e acessam a Internet.

profissionais mais experientes: o consultório particular parece ser uma conquista que vem com o amadurecimento profissional.

Em relação ao rendimento médio do psicólogo, 34% dos profissionais recebem de três a dez salários mínimos por mês, enquanto que 17% recebem de dez a 20 salários mínimos.

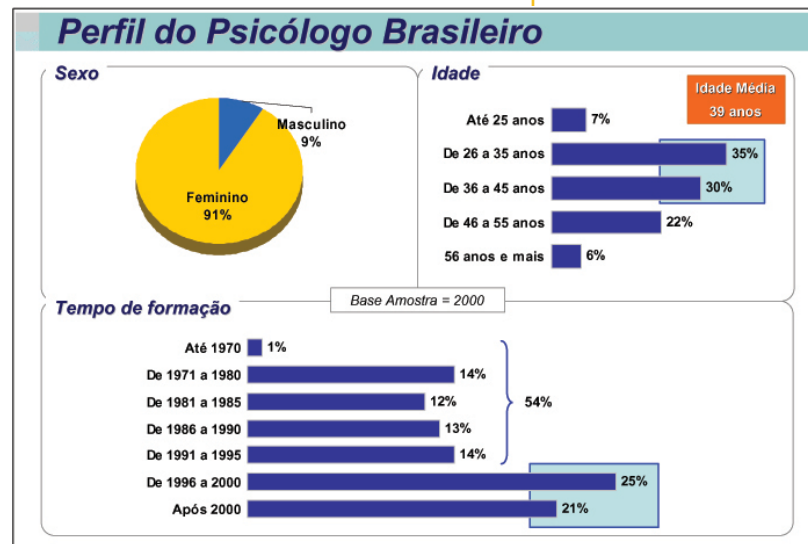
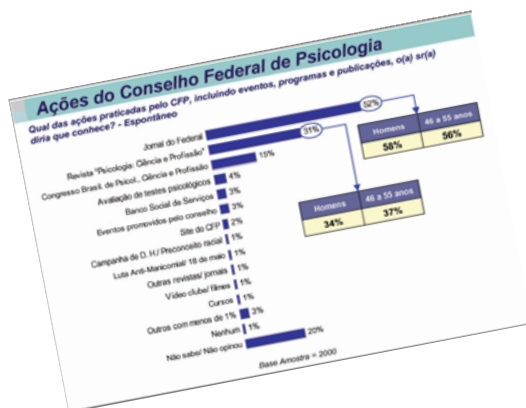
Ações do CFP: Dentre as ações praticadas pelo CFP, incluindo eventos, programas, campanhas e publicações, o **Jornal do Federal** lidera o ranking com 61%, por ser o item mais conhecido. Em segundo lugar vem a revista **Psicologia: Ciência e Profissão**, com 51% de conhecimento. A Avaliação de Testes Psicológicos aparece em terceiro lugar, com 39% das respostas "sim" para conhecimento. Importante destacar que os entrevistados consideram as campanhas de Direitos Humanos e a Luta Antimanicomial como sendo as ações mais importantes do CFP.

Site do CFP: O site é um dos canais de comunicação entre o CFP e os profissionais em busca de informações específicas sobre a profissão. Os serviços mais procurados por aqueles que acessam o site são informações sobre cursos e eventos, informações sobre a profissão e o

Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - Satepsi.

Revista Psicologia: Ciência e Profissão : O índice de leitura da revista é alto: 87% declaram ler pelo menos algumas edições que recebem; 56% lêem todas ou a maioria delas.

Na pesquisa realizada pelo IBOPE, o CFP aparece como provedor de informações: há um grande conhecimento das ações praticadas pela instituição, embora haja a intenção de que o canal de diálogo entre Conselho e categoria se amplie.



CFP publica Parecer sobre Projeto de Lei de "auxílio" a homoeróticos

Somente a educação permite a conscientização da cidadania e do respeito pela diferença. Não se trata de aceitar, e, sim, de respeitar. Não há quem não tenha preconceito contra alguma coisa. O que é inadmissível, o que não pode ser tolerado, é que, baseadas em posições preconceituosas, ocorram segregação e discriminação, ainda que maquiadas em projetos bem intencionados.

Em resposta ao Projeto de Lei 2177 de 2003, de autoria do deputado federal Neucimar Fraga (PL/ES), que tramita no Congresso e cria programa de "auxílio e assistência à reorientação sexual das pessoas que voluntariamente optarem pela mudança de sua orientação sexual da homossexualidade para a heterossexualidade", e que, no entendimento do Sistema Conselhos de Psicologia, apresenta a homossexualidade como patológica, incentivando o preconceito e a discriminação, o CFP publicou parecer técnico acerca da matéria.

O parecer, cuja minuta original foi redigida pelo psicólogo Paulo Roberto Ceccarelli, critica o PL do deputado Neucimar Fraga pontualmente, seguindo as definições da Resolução CFP n.º 001/99 e levando em consideração o respeito aos Direitos Humanos.

Veja trechos da análise do Parecer do CFP acerca do PL 2177:

" O Artigo 1º do PL propõe que se institua um Programa de Reorientação Sexual (...): a chamada orientação sexual não é algo que se muda, pois ela faz parte integrante do sujeito. É o resultado de um longo caminho pulsional que não possui uma rota pré-estabelecida e, muito menos, um objetivo único o qual todos deveriam almejar. O que determina o ponto de chegada, ou seja, a maneira como o sujeito vai experimentar a sua sexualidade, é a interação de inúmeros fatores psicossociais(...). Na grande maioria das vezes, como a clínica nos informa, o que leva ao sofrimento não é a sexualidade em si, mas a discriminação e o preconceito aos quais o sujeito se vê exposto quando percebe que a sua forma de viver a sexualidade não é socialmente aceita.

O Artigo 2º do PL define os objetivos do programa:
I - O auxílio, assistência e orientação especializada dos órgãos de saúde à pessoa homossexual que optar pelo retorno à

heterossexualidade.

Entende-se que o auxílio, assistência e orientação especializada dos órgãos de saúde, ou seja, o acesso à saúde no sentido amplo, é um direito de todo cidadão, e não há necessidade de um projeto de lei específico para isto; não há porque privilegiar a pessoa homossexual. II - Informar a sociedade, em geral, sobre a prevenção, apoio e a possibilidade de reorientação sexual das pessoas que vivenciam a homossexualidade.

Por que a idealização da heterossexualidade?!

O que chama a atenção neste parágrafo é a idéia de que a homossexualidade é uma doença: apenas às doenças propõe-se a prevenção(...)

Por que a idealização da heterossexualidade? !

O Artigo 3º do Projeto define as ações de auxílio, assistência e orientação, destacando:

I - A oferta de atendimento médico especializado na rede pública de saúde;
II - A oferta de atendimento assistencial, psicológico e terapêutico.

(...) Propor a criação de um atendimento médico especializado na rede pública de saúde e um atendimento assistencial, psicológico e terapêutico é, mais uma vez, tratar a homossexualidade como uma doença, algo alheio ao sujeito: um câncer a ser extirpado (...). Esta proposta, que pode levar à discriminação, parte do princípio, evidentemente falso, de que os problemas psíquicos que o sujeito apresenta decorrem do fato de ele ser homossexual."

Conclusões

O Parecer do CFP, acerca do PL do deputado Neucimar em trâmite no

Congresso, conclui que os argumentos utilizados para justificar o Projeto são contraditórios e de difícil sustentação: incluir na rede pública um "programa específico de orientação" fere o direito básico de acesso à saúde assegurado pela Constituição Federal a todo cidadão. Não há porque especificar este direito aos homossexuais, pois eles não constituem uma classe à parte que deva ser detectada, identificada e que deva receber tratamento diferenciado, oferecido por especialistas especialmente treinados para este fim.

Por fim, vale ressaltar que a Resolução CFP n.º 001/99, que trata do atendimento psicológico a homoeróticos, não veda este atendimento, mas, ao contrário, indica que este atendimento deva acontecer, quando o sujeito buscar o psicólogo para melhorar sua qualidade de vida. Nisso, a Resolução é clara: "os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados".

A Resolução do CFP é um convite ao não preconceito. O Parecer, uma reflexão embasada, sobre um Projeto de Lei, no entendimento da Psicologia, totalmente equivocado.



Fórum Mundial de Educação: CFP defende Educação Inclusiva



A perspectiva de unir educadores do mundo em um debate amplo, plural e democrático fez nascer o Fórum Mundial de Educação, FME. Neste ano, o Fórum teve como tema central "A Educação para um Outro Mundo Possível - construindo uma plataforma de luta" e aconteceu no princípio do mês de agosto, em Porto Alegre.

Em todos os momentos, o Conselho Federal de Psicologia mostrou-se presente, erguendo, para a educação, a campanha da Comissão de Direitos Humanos para este ano: "Educação inclusiva: direitos humanos na escola - por uma escola mundo onde caibam todos os mundos!".



Fórum Mundial de Educação

"Queremos um Brasil como uma educação verdadeiramente inclusiva, convivendo e crescendo com as diferenças individuais", afirmou, na ocasião, a conselheira do CFP, Ana Luíza de Sousa Castro.

Retrospectiva: O primeiro Fórum Mundial de Educação foi a soma das discussões realizadas nos diversos fóruns de educação que aconteceram na última década, em escala mundial. O FME apresenta-se como realidade e possibilidade na construção de redes que incorporam

pessoas, organizações e movimentos sociais e culturais locais, regionais, nacionais e mundiais para confirmarem a educação pública para todos, como direito social inalienável, garantida e financiada pelo

Estado, nunca reduzida à condição de mercadoria e serviço, na perspectiva de uma sociedade solidária, radicalmente democrática, igualitária e justa. O CFP, que participa do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, FNDEP, vê a importância do Fórum Mundial de Educação como amplo espaço para discussões e trocas de experiências sobre a educação e a intervenção das subjetividades, neste contexto.

Resolução altera prazo de revisão de testes psicológicos

Considerando as recomendações técnicas do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica, IBAP, da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP e de diversos pesquisadores da área de Avaliação Psicológica, a Assembléia das Políticas Administrativas e

Financeiras, Apaf, que aconteceu em maio deste ano, alterou a Resolução CFP 002/03, definindo em, no máximo, 15 anos o prazo para revisão dos dados empíricos dos testes psicológicos, no que se refere a sua padronização; e em 20 anos, no que tange a validade e precisão.

A **Resolução** CFP 06/04, que alterou os prazos, considerou que os estudos de padronização em Avaliação Psicológica devem ocorrer, habitualmente, entre 10 e 20 anos.

As Resoluções do CFP estão disponíveis no www.pol.org.br

VI Congresso Brasileiro de Psicologia de Trânsito: compromisso social com a circulação humana

Nos próximos dias 10 a 13 de novembro, o Conselho Federal de Psicologia, em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco, promoverá, em Campo Grande, o VI Congresso Brasileiro de Psicologia de Trânsito. Sob o título "Psicologia e Trânsito: compromisso social com a circulação humana", o Congresso terá os seguintes objetivos:

- comunicar, refletir e discutir acerca das novas possibilidades de intervenção da Psicologia nas questões relativas ao trânsito;

- reunir profissionais da área, estudando as possibilidades de ações interdisciplinares com outras ciências e profissões;

- desenvolver uma posição crítica diante da ação dos psicólogos de trânsito;

- disseminar conhecimentos relacionados às responsabilidades políticas do psicólogo de trânsito.

Os eixos das discussões, ao longo do Congresso, serão os seguintes: Políticas Públicas de Trânsito, com ênfase em direitos humanos, meio ambiente, saúde e educação; Ciência e Profissão, na ótica da

formação, da Avaliação Psicológica, da intervenção, dos temas emergentes, e da ética; e interfaces com a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Medicina, a Engenharia e o Direito, no que tange às questões do trânsito.

O VI Congresso tem apoio do Denatran e do Detran - MS. O diretor do Denatran, Dr. Aílton Brasiliense, já confirmou presença. Psicólogos, estudantes e profissionais que pesquisam, atuam ou se interessam pelas áreas de trânsito e transportes comporão público do evento no Mato Grosso do Sul.

O futuro do Brasil

No momento em que fomentam no país as discussões acerca da redução da idade penal de 18 para 16 anos, o Sistema Conselhos reafirma sua luta pela aplicação integral do ECA e pela reintegração social, no lugar do confinamento prisional de adolescentes.

Sobre o tema, esta edição do **Jornal do Federal** entrevistou duas psicólogas especialistas em Psicologia Social: Maria de Lourdes Trassi Teixeira, psicóloga, psicanalista, doutora em Serviço Social, professora e supervisora da área de infância/adolescência/instituições da Faculdade de Psicologia da PUC-SP, co-autora do livro "Psicologias" e de "As Histórias de Ana e Ivan - boas experiências em Liberdade Assistida", publicados pela Fundação Abrinq; e Ana Luíza de Souza Castro, psicóloga do Juizado da Infância de Porto Alegre, mestranda em Psicologia Social pela PUC/RS, diretora da Fundação de Atendimento Sócio-educativo do Rio Grande do Sul no período de 1999 a 2001.

Jornal do Federal - Como podemos ver a situação dos adolescentes autores de ato infracional hoje, no Brasil?

Maria de Lourdes - O aumento dos índices de adolescentes envolvidos com a prática do ato infracional é um fenômeno que vem assustando o mundo todo - países ricos e pobres - e atravessa todas as classes sociais. Sem dúvida, este fenômeno é mais contundente em países onde a desigualdade social é mais intensa, como o nosso. No Brasil, há determinantes estruturais ligados a aspectos históricos, culturais, econômicos (não só

a miséria) do nosso país e, ao mesmo tempo, há especificidades no perfil deste adolescente que se revelam, por exemplo, pelo tipo de delito praticado, dependendo da conjuntura regional e circunstâncias locais de onde o adolescente vive. Por exemplo: no Rio de Janeiro e São Paulo há muitos estudos demonstrando a cooptação do adolescente cada vez mais jovem para o crime organizado. Penso que, já no Amapá, as determinações podem ser de outra ordem.

Jornal do Federal - O Estatuto da Criança e do Adolescente completa 14 anos. Podemos dizer que ele, hoje, carece de avanço?

Maria de Lourdes - Toda lei, como reveladora da mentalidade do seu tempo, pode ser aperfeiçoada.

"A responsabilidade das gerações mais velhas na reconstrução de um presente e um futuro melhor para a nova e futura gerações tem urgência de se instituir."

No caso do ECA, considero que o fundamental ainda é pensar/praticar sua IMPLANTAÇÃO, que, na área do adolescente autor de ato infracional, está por acontecer ou acontece bastante desigualmente nos diferentes cantos de nosso país. Cabe lembrar que o ECA é uma lei ainda polêmica e que não há consenso em torno dos avanços que ele preconiza quanto aos direitos da criança e do adolescente. O melhor/pior exemplo disto é a campanha a favor da redução da idade penal, ou seja: uma alteração da lei.

Ana Luíza - Eu diria que o ECA necessita, na verdade, de implantação efetiva. Inúmeros municípios do Brasil ainda não possuem nem sequer Conselhos Tutelares. Isto sem falar de educação, saúde, lazer, ou seja: neste país ainda não podemos falar que crianças e adolescentes sejam prioridades absolutas. Portanto, entendo ser temerário e injusto acusar o ECA de insuficiente ou, como dizem alguns, de ser uma lei sonhadora, sem que, realmente, ele tenha sido colocado em prática.

Jornal do Federal - O Brasil é reconhecido internacionalmente por dispor de uma legislação muita avançada no que se refere à proteção das crianças e dos adolescentes. No entanto, reunindo dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, há 60 mil adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas no Brasil, sendo 14 mil em regime de internação. Esses adolescentes estão alojados em instituições inadequadas e sucateadas, que não cumprem com as obrigações decorrentes do ECA. O que se vê, então, é que a prática está longe da "letra da lei"?

Maria de Lourdes - SIM. As avaliações da implantação do ECA realizadas por organismos nacionais e internacionais, quando dos seus 10 anos, apontam na direção de que várias áreas do direito da infância e juventude foram incrementadas a partir desta lei como política pública (exploração sexual, trabalho infantil...) junto com esforços de amplos setores da sociedade civil; e, ao mesmo tempo, a área em que menos avanço ocorreu - concomitantemente ao avanço do fenômeno (esta mesma Secretaria viu em 1999, por meio de um levantamento, que o número de adolescentes autores de ato infracional no Brasil era de 20 ou 22 mil) - foi a do adolescente autor de ato infracional. O adolescente que pratica um crime deixa de ser visto como adolescente e passa a ser visto como criminoso. Penso que isto revela, dentre outras coisas, a insegurança e o medo decorrentes da exacerbada violência (no mundo, em nosso país) que constitui o ambiente de sociabilidade de todos os cidadãos, e vai mantendo/forjando uma mentalidade de que estas questões devem ser tratadas exclusivamente na vertente da segurança pública, da polícia, e não das políticas públicas - da educação, da saúde, da cultura, do esporte, da esperança, da vida. Considero que é esta mentalidade que atravessa amplos setores da sociedade e dos governantes que executam o programa de medida sócio-educativa de internamento dos adolescentes, responsáveis pelas condições intoleráveis de existência dos cárceres das febens, pelo fato de o Brasil estar entre os cinco primeiros países do mundo cujo fator de morte dos jovens é o homicídio. Há uma perda de vidas.

Ana Luíza - Sem dúvida. Porém, não é a lei que deve ser atacada, e, sim, quem não a implementa. Reconheço a extrema dificuldade em se criar e manter unidades de privação de liberdade realmente educacionais, que respeitem os direitos humanos e que, acima de tudo, consigam proporcionar ao adolescente um plano individual que prepare seu retorno para o convívio social. Porém, infelizmente, o que se vê no Brasil, com exceções, são unidades superlotadas, inadequadas, construídas sob a lógica prisional, nas quais os adolescentes sofrem contenções físicas e químicas. Portanto, acusá-los de "irrecuperáveis" é, no mínimo, uma atitude hipócrita. Deveríamos, sim, avançar no sentido de construir um programa nacional de execução de medidas com privação de liberdade que desse conta de um paradigma mínimo, nos moldes do ECA, e que houvesse realmente fiscalização por quem determina a lei.

Jornal do Federal - O modelo de sociedade em que vivemos contribui para a real atenção às crianças e adolescentes?

Ana Luíza - Não. A sociedade capitalista e de consumo em que vivemos, onde a exclusão avança de forma assustadora, somente agrava a situação de vida da maioria das crianças e adolescentes de nosso país. Porém, enquanto esse modelo perdurar, pelo menos curativamente temos a obrigação moral e ética de priorizarmos a implantação de políticas públicas para esta parcela da população. Não podemos aceitar e naturalizar a falta de



não merece cadeia!

escola, de saúde, de perspectiva de vida.

Jornal do Federal - Em que a Psicologia pode contribuir para o fim dessa "ditadura social" levada à infância e à adolescência de nosso país?

Maria de Lourdes - Ao mesmo tempo em que não olhamos nossas crianças e adolescentes em seus direitos à infância e juventude, há um movimento cultural no mundo todo de autonomização da juventude (ruptura com os valores das gerações mais velhas) e há uma delegação das famílias para outras instituições prestadoras de serviço quanto à educação, formação das crianças e adolescentes. É um movimento da história que se iniciou na segunda metade do século XX e atravessa o nosso pequeno planeta. Pensar as questões da infância e adolescência em nosso país, hoje, implica pensar o que acontece no mundo. Há uma transnacionalização dos fenômenos. As fronteiras geográficas não são mais referências identitárias. Os adolescentes de todas as classes sociais e de todos os cantos do país demonstram isto através de sua circulação pelo universo *on-line*. Noutro dia, em um programa de TV, os jovens de uma pequena cidade do Maranhão reclamavam que a Polícia Federal não liberava o lote de

computadores que haviam ganho de uma entidade internacional e se consideravam prejudicados por estarem defasados dos acontecimentos do mundo. Ao mesmo tempo, os adolescentes cooptados pelo crime organizado

"Pelo menos curativamente temos a obrigação moral e ética de priorizarmos a implantação de políticas públicas."

também fazem parte de redes internacionais de circulação de mercadorias (drogas e armas). Então, a primeira coisa para a Psicologia, para o psicólogo poder contribuir na área, é ter uma compreensão clara, atualizada do fenômeno, e superar a visão romântica da infância e

adolescência. Sem perder a esperança de contribuir para o estabelecimento de uma ética nas relações humanas pautada na solidariedade, na responsabilidade, na dignidade humana - a vocação da Psicologia. Outro aspecto absolutamente articulado com este primeiro refere-se à competência técnica e ao uso do seu saber teórico e técnico a serviço do bem estar. E conhecer o ECA pode fortalecer a convicção de que não é possível nenhuma tolerância, neutralidade, frente à violência da família, da comunidade local, do Estado, com as nossas crianças e adolescentes, cidadãos do Brasil e do mundo.

Ana Luíza - A Psicologia já tem contribuído e ainda tem muito com o que continuar contribuindo. Temos proporcionado reflexões e idéias que reforçam uma prática psicológica que respeite as crianças e os adolescentes em sua subjetividade e diferenças de etnia, gênero e classe social. Devemos, também, exigir o cumprimento integral do ECA, especialmente no que concerne à prioridade absoluta na implementação de políticas sociais públicas inclusivas. Neste momento específico, a luta contra o rebaixamento da idade penal é fundamental.

Luta Antimanicomial: Dia internacional contra a Tortura e Inspeção Nacional

O Sistema Conselhos de Psicologia promoveu, na passagem do Dia Internacional contra a Tortura, 27 de junho, um Ato Coletivo, na sede do CFP, em Brasília, contra a violência e a tortura manicomial brasileiras. O Ato, que obteve ampla repercussão na mídia local e nacional, contou com a presença da Sub-Procuradora Geral da República, Dr^a Ela Wiecko Volckmer; da Vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra; além de representantes da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil; da Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial; da ABEP; dos CRPS e CFP; e de deputados do legislativo local.

Por todo o país hospitais psiquiátricos escondem as condições degradantes e reais de tortura por que passam os internos portadores de sofrimento mental. Na fala do presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Marcus Vinícius de Oliveira, "são corpos e almas frágeis, indefesos e desprotegidos, submetidos ao poder totalitário da ordem manicomial, que faz, de pacientes psiquiátricos, vítimas regulares de formas sutis e explícitas de tortura".

De acordo com a Conselheira de CFP,

Deusdet Martins, a tortura é patente: "Todos os que já conviveram com sujeitos submetidos a múltiplos e longos períodos de internação psiquiátrica, nesses estabelecimentos, conhecem as histórias apavorantes que povoam o imaginário dos internos, sobre a existência dos sufocamentos e de outras ameaças, feitas contra as suas existências. Todos os que já trabalharam num hospital psiquiátrico podem se lembrar de, pelo

menos, uma morte não explicada. De um traumatismo craniano, ou de pacientes que sofreram abusos os mais diversos", conclui.

No Ato Contra a Tortura, o Sistema Conselhos publicou um Manifesto Público contra a Tortura Manicomial, onde relata casos de mortes não explicadas ocorridas em diferentes hospitais psiquiátricos do país, nos últimos meses, e lançou a campanha: "Este destino não é justo!".

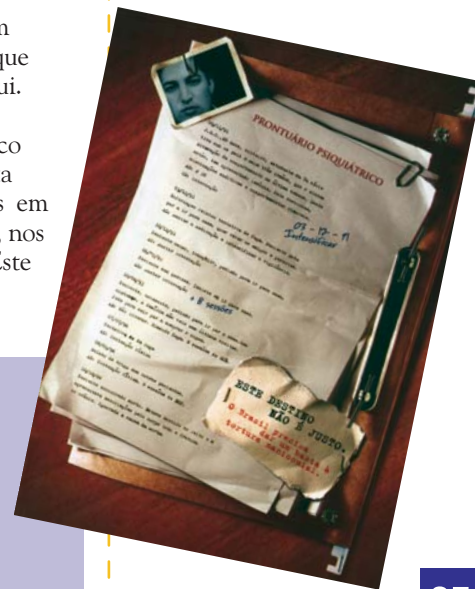
Sistema Conselhos e OAB realizam Inspeção Nacional

No dia 22 de julho, o Sistema Conselhos de Psicologia e a Ordem dos Advogados do Brasil realizaram, em 16 estados brasileiros mais o Distrito Federal, Inspeção Nacional em Unidades Psiquiátricas em prol dos Direitos Humanos. A ação, mantida em sigilo até a sua realização, trouxe, às Comissões de Direitos Humanos de ambas as instituições, uma amostragem da realidade manicomial brasileira: imundície,

descuido, maus tratos.

Com ampla repercussão obtida na mídia, a Inspeção contou com o apoio, em muitos estados, dos movimentos sociais, que, inclusive, participaram da ação.

O resultado final da Inspeção Nacional está sendo encaminhada ao Poder Público. A próxima edição do Jornal do Federal vai publicar o relatório final da ação em nível nacional.



Ato Médico: aprovação pela CCJ exige união das categorias

O Projeto de Lei que define o Ato Médico, de autoria do ex-senador Geraldo Althoff (PFL/SC), obteve, no último dia 30 de junho, aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, CCJ. A aprovação do PL nesta Comissão demonstra a verdadeira intenção dos atuais representantes da categoria dos médicos no país: o projeto é meramente corporativista, reservando a

prescrição terapêutica apenas aos médicos e dando a eles a exclusividade nos cargos de liderança e chefia nas unidades de saúde. Escalonando as funções, o PL cria subcategorias de saúde para todas as profissões, caracterizando a Medicina como ciência hegemônica.

"É um retrocesso no conceito de saúde e no cuidado à vida", diz a conselheira do Conselho Federal de Psicologia, Rebeca Litvin.

Da CCJ, o PL seguiu para a CAS - Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que

vai julgar o mérito da proposição. A CAS é terminativa para este projeto no Senado. Da CAS, o PL ainda pode ir para a Câmara Federal.

Agora é hora da Psicologia brasileira se unir e mostrar a sua força, contra a aprovação deste Projeto de Lei na forma como ele se encontra. É preciso que os senadores saibam exatamente a extensão do que estão votando neste momento e os prejuízos que podem advir, para a saúde do povo brasileiro, caso este PL, que afronta os princípios da multidisciplinaridade na saúde, seja aprovado na forma do substitutivo proposto pela relatoria à CCJ no último dia 30. Para quem não sabe, talvez seja pertinente ter conhecimento de que o senador Tião Viana (PT/AC), relator do projeto apresentado, também é médico. Na CAS o PL receberá nova relatoria.

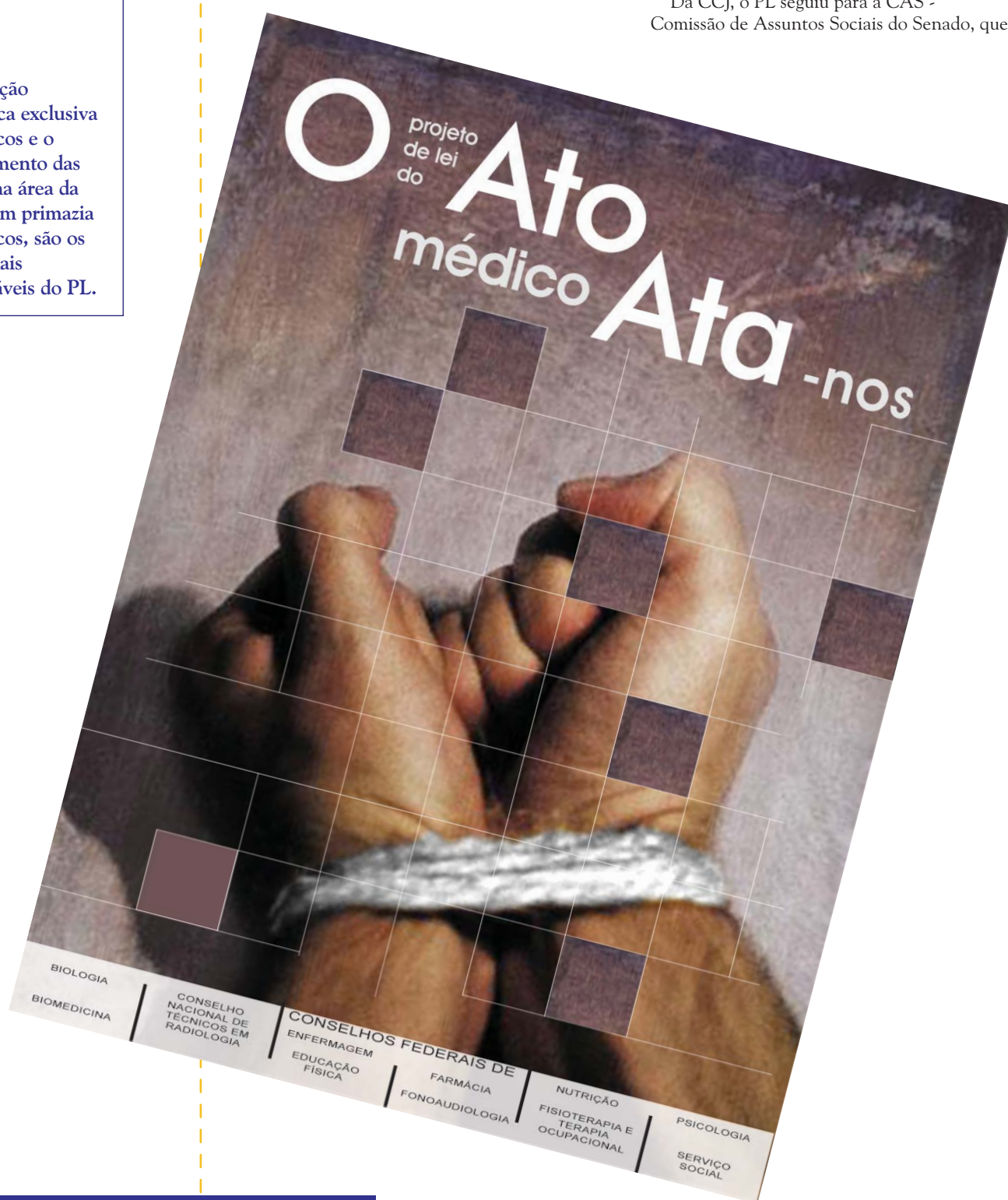
Primeiras Reações: Nos últimos dias 19 e 29 de julho, convocados pelo CFP, conselhos federais de saúde reuniram-se em Brasília, na sede do Conselho Federal de Psicologia, para, juntos, definirem ações coletivas de reação ao PL do Ato Médico. Estiveram presentes às reuniões, para formação da Executiva Nacional contra o Ato Médico, o Conselho Federal de Biologia, Conselho Federal de Biomedicina, Conselho Federal de Educação Física, Conselho Federal de Farmácia, Conselho Federal de Fonoaudiologia, Conselho Federal de Nutrição, Conselho Federal de Enfermagem, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Conselho Nacional dos Técnicos em Radiologia, além do Conselho Federal de Psicologia. O Conselho Federal do Serviço Social não pôde estar presente nestas primeiras reuniões contra o Ato Médico, mas manifestou apoio à iniciativa e intenção de se integrar ao grupo.

Os primeiros encontros da Executiva Nacional já apontaram para as propostas de:

- dia nacional de luta contra o Projeto de Lei do Ato Médico;
- deflagração de campanha publicitária nacional conjunta contra o Ato Médico;
- ações junto aos parlamentares, no Congresso Nacional e nas bases, nos estados, feitas pelos conselhos regionais, em todo o Brasil;
- criação de um *site* contra o Ato Médico;
- manifestações públicas.

"Nossa intenção é lutar contra qualquer projeto de lei que não respeite e não reconheça a importância das outras áreas da saúde. Não estamos contra os médicos, mas contra o substitutivo ao Projeto de Lei do Ato Médico aprovado pela CCJ", afirma o presidente do CFP, Ricardo Moretzohn, complementado pelo presidente do Conselho Federal de Educação Física, Lúcio Rogério dos Santos: "todas as profissões têm o direito de se regulamentarem, mas discordamos do texto inicial (do PL) que traz hegemonia aos médicos, em relação às outras áreas da saúde."

A prescrição terapêutica exclusiva aos médicos e o escalonamento das funções na área da saúde, com primazia aos médicos, são os pontos mais questionáveis do PL.



Ato Médico: aprovação pela CCJ exige união das categorias

O CFP é pela multidisciplinaridade!

Manifestações contrárias

De todo lado, no âmbito da Psicologia e das demais áreas da saúde, chegam manifestações contra o Ato Médico:

Moção de Repúdio I Congresso Brasileiro de CAPs

Os participantes do Congresso Brasileiro de Centros de atenção Psicossocial, reunidos em São Paulo, de 28 de junho a 1º de julho de 2004, dirigem-se aos deputados e senadores do Congresso Nacional para manifestar seu absoluto repúdio à aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, do Projeto de Lei 025/02, que propõe a regulamentação do Ato Médico em oposição aos princípios e diretrizes estabelecidos pelo SUS, ao afirmar a hierarquização e hegemonia de uma profissão do campo da saúde sobre todas as demais que compõem esse campo.

A interdisciplinaridade e a horizontalização das relações de trabalho são de importância vital para a concretização e consolidação do modelo de atenção à saúde mental no país, pela qual vimos lutando e da qual este Congresso é parte instituinte. É lamentável que a coerência com os princípios por nós defendidos, manifesta ao longo dos debates e conferências ocorridos no contexto deste Congresso, seja paradoxalmente rompida por nossos representantes parlamentares, num momento crucial de afirmação dessa política.

Congresso Brasileiro de Centros de Atenção Psicossocial
São Paulo, 1º de julho de 2004.

Carta de Apoio da Junta de Governo do Colégio Oficial de Psicólogos da Espanha, contra a aprovação do Projeto de Lei do Ato Médico

Estimados compañeros:

La Junta de Gobierno del Colegio Oficial de Psicólogos de España desea expresar ele apoyo a las movilizaciones que están realizando los psicólogos brasileños, para impedir la aprobación de la Ley 25/2002, que subordina la autonomía profesional de los psicólogos bajo la autoridad médica, situando al psicólogo en una subcategoría profesional bajo el dominio y control de los médicos.

Reiterando una vez más la solidaridad del colectivo que represento con los compañeros psicólogos brasileños.

Atentamente,

Francisco Santolaya Ochando
Decano-Presidente
Colegio Oficial de Psicólogos de España

Moção de Repúdio- VI Congresso Brasileiro de Epidemiologia

Nós, participantes do VI Congresso Brasileiro de Epidemiologia, vimos de público expressar o nosso repúdio pelo agendamento antidemocrático da votação no Senado Federal, no dia de hoje, véspera de feriado em alguns estados da Federação, e pelo conteúdo do Projeto de Lei 025/2002- Ato Médico.

O projeto visa regulamentar esta profissão em detrimento da autonomia e especificidades científicas e técnicas, historicamente conquistadas e regulamentadas, pelas outras especialidades do campo da saúde (Psicologia, Serviço Social, Enfermagem, Medicina Veterinária, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Odontologia, Farmácia, Biomedicina, Fonoaudiologia etc).

Recife, 23 de junho de 2004



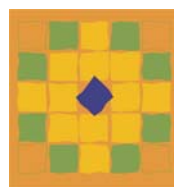
2.000 participantes, incluindo médicos presentes, assinaram a Moção de Repúdio proposta pelo CFP no Congresso de CAPs.

Psicólogo, procure o senador do seu estado e discuta com ele sobre o Projeto que define o Ato Médico.

Senadores que compõem a Comissão de Assuntos Sociais:

Presidente: Senadora Lúcia Vânia
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes

Ana Júlia Carepa - PT/PA - ana.julia@senadora.gov.br
Ideli Salvatti - PT/SC - ideli.salvatti@senadora.gov.br
Fátima Cleide - PT/RO - fatima.cleide@senadora.gov.br
Flávio Arns - PT/PR - flavioarns@senador.gov.br
Sibá Machado - PT/AC - senadorsiba.machado@bol.com.br
Delcídio Amaral - PT/MS - delcidio.amaral@senador.gov.br
Aelton Freitas - PL/MG - aeltonfreitas@senador.gov.br
Geraldo Mesquita Júnior - PSB/AC - geraldo.mesquita@senador.gov.br
Mão Santa - PMDB/PI - maosanta@senador.gov.br
Leomar Quintanilha - PMDB/TO - leomar@senador.gov.br
Maguito Vilela - PMDB/GO - maguito.vilela@senadora.gov.br
Sérgio Cabral - PMDB/RJ - sergio.cabral@senadora.gov.br
Ney Suassun - PMDB/PB - neysuassun@senador.gov.br
Ramez Tebet - PMDB/MS - ramez@senador.gov.br
Papaléo Paes - PMDB/AP - joberto@senador.gov.br
Edison Lobão - PFL/MA - lobao@senador.gov.br
Jonas Pinheiro - PFL/MT - jonaspinheiro@senador.gov.br
José Agripino - PFL/RN - jose.agripino@senador.gov.br
Paulo Octávio - PFL/DF - mcoliv@senador.gov.br
Roseana Sarney - PFL/MA - roseana.sarney@senadora.gov.br
Eduardo Azeredo - PSDB/MG - eduardoazeredo@senador.gov.br
Lúcia Vânia - PSDB/GO - lucia.vania@senadora.gov.br
Teotônio Vilela Filho - PSDB/AL - teotonio@senador.gov.br
Antero Paes de Barros - PSDB/MT - antero.barros@senador.gov.br
Reginaldo Duarte - PSDB/CE - regi@senador.gov.br
Augusto Botelho - PDT/RR - augustobotelho@senador.gov.br
Juvêncio da Fonseca - PDT/MS - juvencio.fonseca@senador.gov.br
Patrícia Saboya Gomes - PPS/CE - patricia@senadora.gov.br



V CNP:

Psicólogos pelo Protagonismo Social

Secretário Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, Ministro Nilmário Miranda (D), proferiu palavras de abertura no V CNP.



No período de 17 a 20 de junho aconteceu em Brasília o V Congresso Nacional da Psicologia - V CNP. Com o tema "Protagonismo Social da Psicologia - as urgências brasileiras e a construção de respostas da Psicologia às necessidades sociais", o evento, que movimentou, desde 2003, o país de norte a sul, em Encontros Preparatórios, Pré- Congressos e

"É nas discussões do que verdadeiramente caracteriza o exercício profissional que todas as metas, as aspirações, os desejos vão, ou não, ganhar corpo."

Texto do discurso de abertura do CFP

Congressos Regionais, envolveu mais de 2 mil psicólogos e trouxe a Brasília 166 delegados, 12 observadores e 17 convidados, e produziu mais de 1.000 teses, apresentadas no Congresso já sistematizadas.

A composição da Mesa de Abertura do V CNP contou com a presença do Secretário Especial de Direitos Humanos, Ministro Nilmário Miranda; com a presença do Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Delgado; e ainda com a presença do Coordenador do Curso de Psicologia do Instituto de Ensino Superior de Brasília, IESB, João Cláudio Todorov; da

Diretora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, UnB, Maria Ângela Feitosa; do Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura, Sobrapa, Delvo Ferraz da Silva; da Presidente da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia, ABEP, e representante do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, Inara Leão; da representante da Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia, Conep, Juliana Varela; do representante da União Latino-Americana de Psicologia - Ulapsi, Odair Furtado; além do presidente do CFP, Ricardo Moretzsohn, e do presidente da Comissão Organizadora Nacional do V CNP, Marcus Adams de Azevedo Pinheiro.

O V CNP definiu os novos caminhos da Psicologia para o próximo triênio, nos quais a inserção do psicólogo nas políticas sociais tornou-se evidente.

Os eixos de discussão deste CNP foram: Políticas Públicas; Inclusão Social e Direitos Humanos; e Exercício Profissional, sendo este eixo subdividido em Áreas Emergentes, Campo e Espaço de Atuação e Formação e



Exigências de Qualificação.

Os Congressos Nacionais são conquistas democráticas da categoria e acontecem a cada triênio, desde o I CNP, que se chamou Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, em 1994.

Registros

A abertura do V CNP se deu com a presença do Secretário de Direitos Humanos, Ministro Nilmário Miranda, que reafirmou o compromisso do Governo com a não redução da idade penal no Brasil e defendeu a reinserção social de jovens infratores: "é preciso um olhar especial, dar possibilidade de se ressocializarem esses meninos e meninas", pediu. Em sua fala, Nilmário Miranda reforçou a importância da parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos do Governo e o Banco Social de Serviços em Psicologia.

Participou também da abertura do V CNP o Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Delgado, que reafirmou, perante a categoria, o compromisso do Ministério com a Reforma Psiquiátrica e com a desospitalização em manicômios brasileiros. Em seu discurso, Pedro Gabriel defendeu os CAPS-Centros de Assistência Psicossocial como peças fundamentais para o fim dos manicômios e

IC

O CFP participou do I Congresso Brasileiro de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, que aconteceu em São Paulo, no período de 28/06 a 1º/07.

O evento, que contou, em sua mesa de abertura, com a presença do Ministro da Saúde, Humberto Costa, teve como tema: Saúde Mental – Cuidar em liberdade e promover a cidadania. Reuniu aproximadamente 2 mil pessoas, dentre profissionais e estudantes da área de saúde, gestores estaduais e municipais, representantes de entidades da sociedade civil, usuários dos Caps e seus familiares. A maioria absoluta dos participantes foi de psicólogos.

O Congresso foi organizado com base nos seguintes eixos temáticos: 1) Os CAPS: laços sociais; 2) O cuidado cotidiano nos CAPS; e 3) Trabalhadores, Usuários e Familiares: transformando relações, produzindo novos diálogos. A construção desses três eixos foi



para o tratamento aos portadores de sofrimento mental em regime aberto.

Momentos

Momentos emocionantes do CNP foram as votações das teses que obtiveram unanimidade no Plenário. A tese de número 111, que atribui a função ao psicólogo de "atuar na reversão da situação de discriminação racial e cuidar de seus efeitos de humilhação, desigualdade e exclusão, e, ainda, ampliar a participação da Psicologia no âmbito do tema tratado" foi uma das teses aprovadas por unanimidade e fortemente aplaudidas no Plenário.

Outra das deliberações do V CNP foi a confirmação do Banco Social de Serviços como plataforma de efetiva contribuição

social da Psicologia, definindo que, uma vez tendo cumprido a sua missão, este deverá ser fechado, para que o Conselho Federal possa construir o Centro de Referência Técnica para as Políticas Públicas. Caberá a este Centro organizar banco de dados e um sistema de difusão de políticas públicas bem sucedidas, fomentando o diálogo e promovendo o intercâmbio de experiências na prática das políticas públicas.

O Congresso aprovou também Moções propostas, dentre as quais Moção de Repúdio ao fato de a Fenapsi - Federação Nacional dos Psicólogos ter emitido indevidamente boletos de cobrança de contribuição confederativa 2004 e Moção de Apoio à concessão de voz a um representante da Conep - Confederação Nacional dos Estudantes de Psicologia nos próximos CNP's.

As deliberações do V CNP em breve serão publicadas pelo Sistema Conselhos. A galeria de fotos do evento ficará disponível no www.vcnp.pol.org para consultas.

Na fala do presidente do CFP, Ricardo Moretzsohn, "sob o nome de Congresso Nacional, abriga-se um amplo e complexo processo de construção democrática das diretrizes de ação dos Conselhos, reunindo, partilhando, conglomerando diferenças, engajamentos, busca de soluções e mudança."



ongresso Brasileiro de CAPS: maioria era de psicólogos

fruto de um trabalho coletivo, de um amplo grupo consultor da programação, de encontros regionais preparatórios, das deliberações tiradas da III Conferência Nacional de Saúde Mental (dezembro de



2001) e da participação ativa dos trabalhadores dos CAPS. Maior evento deste caráter, nunca antes realizado, proporcionou a troca de experiências, o debate teórico e político, além de ter possibilitado dar

visibilidade aos serviços substitutivos e sua prática e favorecer a construção de um novo paradigma de atenção no campo da saúde mental. A participação maciça dos psicólogos neste evento foi consequência de sua inserção efetiva nas equipes multiprofissionais que compõem esses serviços, sendo um dos agentes primordiais deste projeto político.

No último dia do Congresso, os dois mil participantes do evento, incluindo os médicos presentes, aprovaram uma Moção de Repúdio contra o Ato Médico, proposta pelos representantes do CFP no evento (pág.9 do Jornal do Federal). A categoria dos médicos também articulou um abaixo-assinado específico contra o PL do Ato Médico.

Entendendo os CAPS

Os CAPS são serviços substitutivos aos Hospitais Psiquiátricos e que propõem o atendimento às pessoas portadoras de

sofrimento mental grave em liberdade, objetivando sua reabilitação e sua reinserção social. Os CAPS, como equipamentos de saúde mental, foram implantados de forma pioneira na década de 80, na cidade de São Paulo (CAPS Itapeva), ganharam visibilidade na experiência santista iniciada em 89 e passaram a integrar à política nacional de saúde mental a partir de 1992, através da portaria ministerial 224/92.

Atualmente, os CAPS se constituem em dispositivo estratégico assumido pela Política de Saúde Mental do Ministério da Saúde, por estados e municípios de todo o Brasil. Ao lado dos demais dispositivos - centros de convivência, serviços residenciais terapêuticos, equipes básicas de saúde mental, cooperativas de trabalho etc - buscaram efetivar os princípios norteadores da Reforma Psiquiátrica, quais sejam: substituir o manicômio e inserir socialmente os portadores de sofrimento mental grave.

Banco Social realiza Chamadas para Protagonistas

O Banco Social de Serviços realizará no mês agosto, em alguns CRP's, a II Chamada de Protagonistas, a fim de divulgar e apresentar os novos projetos do Banco. Em São Paulo, já será a III Chamada. Os projetos a serem apresentados são: Ética na TV, com participação na campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", da Câmara Federal; Apoio aos Familiares e Egressos do Sistema Penitenciário; e Intervenções dos Psicólogos nos Processos Educacionais.

Atualmente, o Banco Social conta com mais de 4.000 protagonistas inscritos em todo o Brasil, atuando em três projetos sociais e ampliando o compromisso social da Psicologia junto à sociedade brasileira. As novas Chamadas vão incentivar os psicólogos a se inscreverem nos novos projetos.

Veja como anda o Banco pelos Regionais:



Parceria realizada com a Secretaria de Estado de Trabalho do Governo do Distrito Federal - GDF pretende atender 360 pessoas por mês.



O projeto Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto efetivou parceria com a Prefeitura Municipal de Olinda e com a Prefeitura de Recife.

O projeto Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego efetivou parceria com a Delegacia Regional do Trabalho. O projeto Acompanhamento aos Usuários do Programa "De Volta pra Casa" também efetivou parceria com a Secretaria de Saúde do Município de Camaragibe e convênio com a Coordenação Municipal de Saúde Mental.



O projeto Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto assinou parceria com a 2ª Vara da Infância e da Juventude de Salvador - VIJ e com a 17ª Vara da Juventude de Sergipe. O projeto Acompanhamento aos Usuários do Programa "De Volta pra Casa" também efetivou parceria com a Coordenação Estadual de Saúde Mental de Sergipe.



Parceria efetivada com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Esportes, com a Agência Integrada de Apoio ao Trabalhador e com a Estação das Profissões.



No estado de São Paulo já estão em andamento os três projetos desenvolvidos pelo Banco Social. Com a intervenção de protagonistas nos três projetos, soma-se um total de 1803 protagonistas inscritos no estado. Em agosto o CRP já estará realizando sua III Chamada de Protagonistas.



No início do mês de agosto o CRP estará realizando seu evento de lançamento do Banco.



Está estudando a implantação do projeto Acompanhamento aos Usuários do Programa "De Volta pra Casa".



Parcerias firmadas com o Ministério Público; com o Juiz da Infância e da Juventude, Dr. Maurício Porfírio; e com a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário.



Os projetos estão em andamento. A II Chamada de Protagonistas para o CRP acontecerá no dia 11 de agosto.



Parceria firmada com o SINE de Fortaleza para o projeto Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego.



Estão sendo realizados contatos para parcerias com o Ministério Público e com a Secretaria de Segurança Pública.

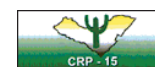
Foi implantado o projeto Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego no SINE de Palhoça.



Está, neste momento, negociando parceria com a FUNDAC, que trabalha com internação e semi-liberdade, para o projeto Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto. No Rio Grande do Norte está em vias de lançamento o projeto Acompanhamento aos Usuários do Programa "De Volta pra Casa".



Está lançando o projeto Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego, com parceria em andamento com a Secretaria de Estado de Trabalho e de Assistência social e economia solidária.



Efetivada parceria com a Secretaria Estadual de Saúde para o projeto Acompanhamento aos Usuários do Programa "De Volta pra Casa". A II Chamada de Protagonistas para este CRP acontecerá junto com a comemoração do Dia do Psicólogo, prevista para o dia 18 de agosto.



www.bancosocialpsi.org.br

O FUTURO DO BRASIL NÃO MERECE CADEIA!

O Conselho Federal de Psicologia, o Banco Social de Serviços em Psicologia e os Conselhos Regionais comemoraram, no dia 13 de julho, os 14 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA. Durante o evento, todos os CRPs exibiram um vídeo feito com depoimentos do Coordenador Regional da Unesco em Pernambuco, Dr. Júlio Jacobo, sobre sua pesquisa "Mapa da Violência: os jovens do Brasil", que retrata a exposição da juventude brasileira a situações de risco e a condução das crianças à criminalidade como alternativa única de vida.

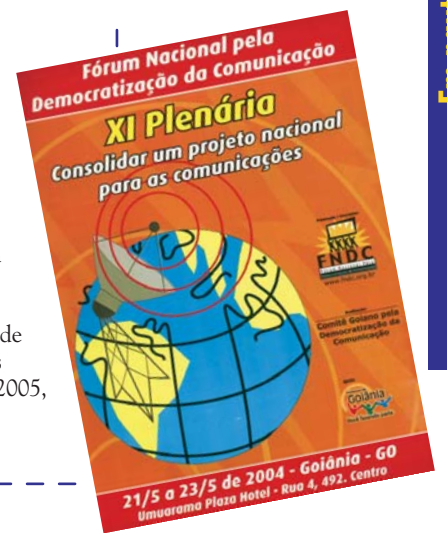
Na comemoração do aniversário do ECA, o Sistema Conselhos reforça sua postura contra a redução da idade penal no país e sua luta pela aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente na sua integralidade.

Plenária do FNDC defende CFP no Conselho de Comunicação Social

A XI Reunião Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, FNDC, ocorrida em maio, em Goiânia, sinalizou que, nas suas indicações políticas para o preenchimento das vagas dos representantes da sociedade civil ao Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, o Conselho Federal de Psicologia terá prioridade.

Segundo o Coordenador Nacional do Fórum, Celso Schroeder, "manter um assento para CFP no Conselho de Comunicação Social é uma vitória para a sociedade civil. A atual representação do CFP no Conselho tem sido agente importante na luta pela democratização da comunicação no país e dado suporte ao FNDC e aos movimentos sociais".

Na XI Plenária, o Fórum elegeu sua nova Coordenação Executiva, que trabalhará no período de 2004 a 2006. Nesta nova composição, o CFP assume a Coordenação de Mobilização e Organização. Um dos grandes desafios do Fórum, agora, é organizar, para 2005, a Conferência Nacional de Comunicação.



17 de outubro é Dia Nacional Contra a Baixaria na TV

Anoto aí: a Campanha contra a Baixaria na TV definiu para o dia 17 de outubro próximo o seu Dia Nacional contra a Baixaria na TV. O dia, que deverá obter grande mobilização nacional, terá como tema "Faça uma ação contra a baixaria na TV!", buscando o apoio da população para desligar aparelhos durante uma hora determinada; incentivar debate em agremiações populares sobre a importância da ética na TV; e estimular o uso do 0800619619, telefone do programa Ética na TV, da

Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, disponível para receber denúncias de cidadãos que se sentem atingidos pela baixaria na TV.

A Campanha, da qual o CFP é parceiro, tem os seguintes motes:

- protesto contra a má qualidade na televisão brasileira;
- defesa ao respeito aos direitos humanos na programação;
- busca da democratização do acesso aos meios de

comunicação no Brasil; e

- defesa aos sistemas público e comunitário de televisão.

O CFP está engajado na luta contra a baixaria nas televisões brasileiras, concessões públicas para lazer, cultura e entretenimento populares, fundamentais como espelhos da forma como nos auto-reconhecemos e nos expressamos como povo soberano.

II Seminário sobre o Programa de Saúde da Família no Brasil



2º SEMINÁRIO NACIONAL
PARA AVALIAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO
PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO BRASIL

O CFP esteve presente no II Seminário Nacional para Implantação do Programa de Saúde da Família no Brasil, que aconteceu em junho, no estado de Goiás.

O evento, realizado pela Federação Nacional dos Médicos - FENAM, reuniu profissionais de saúde de diversos estados do Brasil e de países como Canadá, Cuba, Peru e Chile.

Durante o Seminário, foram apresentadas experiências do Programa de Saúde da Família no Brasil e no exterior. Além dos relatos de experiências exitosas, foram apresentados e discutidos os problemas e desafios enfrentados na implantação do PSF, com destaque à formação

profissional. Embora 90% dos problemas de saúde da população possam ser resolvidos em ações de baixa complexidade (atenção básica, prevenção de doenças e promoção da saúde), as discussões apontaram para os problemas das formações profissionais das áreas da saúde, que ainda ocorrem, no país, centradas na doença e no modelo hospitalocêntrico, que pressupõe ações de média e alta complexidade. Essa constatação levou os seminaristas a refletirem sobre a contradição existente entre as reais necessidades da população e a qualificação profissional oferecida.

No evento, o CFP defendeu a bandeira da multidisciplinaridade em todos os campos da saúde.

Programa Saúde da Família: O PSF foi criado em 1994 com base nos princípios do SUS, com o propósito de reorganizar a prática da atenção à saúde e substituir o modelo tradicional, levando a saúde para mais perto da população, melhorando a qualidade de vida dos brasileiros. Nessa perspectiva, a saúde, entendida até recentemente como ausência de doença, é vista como processo que integra laços sociais, afetivos, lazer, trabalho, cultura. Há dez anos o PSF contava com 328 equipes em 55 municípios brasileiros. Em maio de 2004, totalizava 20.166 equipes, cobrindo 4.610 municípios, com abrangência de 60 milhões de pessoas.

I Congresso Brasileiro de Prevenção da Transmissão Vertical do HIV

O I Congresso Brasileiro de Prevenção da Transmissão Vertical do HIV e outras DST aconteceu em João Pessoa (PB), de 16 a 19 de maio. Face à baixa cobertura nacional da oferta dos exames capazes de detectar o vírus da AIDS para as gestantes, o Ministério da Saúde, instituições de pesquisa, programas de AIDS e a sociedade civil organizada realizaram este evento, objetivando a sensibilização e implementação de políticas públicas capazes de mudar esse cenário, incluindo também as ações necessárias à prevenção da sífilis congênita.

Em muitas das mesas do Congresso foi enfatizada a importância do trabalho multidisciplinar nas equipes de saúde, especialmente porque a integralidade prevista no SUS só será alcançada se o binômio

saúde/doença for compreendido na sua complexidade, ou seja, a partir da consideração da multiplicidade de condições de vida (trabalho, cultura, educação, habitação, meio ambiente, lazer). Nesta direção, muitos são os campos de saber a contribuir e que precisam se articular e trabalhar em parceria.

Representando o Conselho Federal de Psicologia, a conselheira Margarete P. Ferreira reforçou a importância da mudança curricular nos cursos da área de saúde, que, em sua maioria, ainda não valorizam o trabalho em equipe. A posição da conselheira foi corroborada pelo médico Otávio de Pinho Neto, presidente executivo do Congresso, que afirmou, inclusive, ser a categoria médica "a mais resistente ao trabalho multidisciplinar".

Em um dos debates, a ONG SOS Corpo, de Pernambuco, questionou os "testes rápidos" feitos nas maternidades, no momento dos partos, para detectarem o HIV, concluindo que esta prática é sinal da precária implementação do atendimento pré-natal com qualidade, ou mesmo da sua inexistência em imensas regiões brasileiras.

O I Congresso ocorreu em paralelo ao I Fórum Brasileiro das Cidadãs Positivas, mulheres portadoras do vírus HIV, que, de forma organizada, têm lutado e contribuído com as políticas de saúde (e outras), zelando pela observância dos direitos humanos das mulheres que vivem com AIDS e seus direitos sexuais e reprodutivos.



CRP do Rio de Janeiro: a reconstrução

Em 17 de março de 2003 foi instalada, no âmbito do CRP do Rio de Janeiro, uma Comissão Gestora com o desafio de reestruturar as atividades financeiras, administrativas e éticas do Conselho, que, na época, encontravam-se caóticas.

Agora, segundo semestre de 2004, o CFP dirige-se aos psicólogos do estado do Rio de Janeiro para afirmar que o CRP05 está, em definitivo, resgatado para a legalidade: "a Comissão Gestora tem se esmerado na reorganização deste Regional", afirma o Secretário de Ética do CFP, Aluizio Lopes de Brito, que conclui: "devemos salientar, no entanto, que o Conselho Federal mantém o seu compromisso de devolver aos colegas do estado uma Plenária eleita, após o saneamento das irregularidades

"É preciso que a concepção que um dia transformou este Regional em um reduto de administração personalista nunca mais encontre lugar"

detectadas e o cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União, que implicaram, por exemplo, na definição de um organograma funcional, de contratações feitas mediante seleções públicas e realização de licitações, que não era o que ocorria no CRP 05. Estamos certos de que as medidas indicadas pelo TCU e acatadas pela Comissão Gestora vêm a favor da Psicologia no estado e em defesa da ética".

Conselheira do CFP e hoje atuando junto à Comissão Gestora, a psicóloga Margarete Ferreira assim vê a conclusão dos trabalhos da Comissão Gestora junto ao CRP do Rio de Janeiro, até o final deste exercício: "satisfatoriamente. O Conselho do Rio voltou a cumprir com suas funções precípuas, que dizem respeito ao zelo pela ética na profissão, a orientação e fiscalização do seu exercício, com vistas também à qualidade dos serviços prestados. Além disso, todas as dívidas

pendentes do Regional foram sanadas, a legalidade transparece, hoje, em todos os processos, em todas as contratações, em todos os registros do CRP da 5a. Região".

Tendo assumido o compromisso de fazer o CRP05 voltar a ser uma entidade de organização transparente, ética e idônea, como tem de ser toda entidade que lida com o patrimônio público, a Comissão Gestora do CRP da 5a. Região entra na reta final do seu trabalho, lembrando que, com as eleições para o CRP, no próximo dia 27 de agosto, a situação no Conselho voltará enfim a sua normalidade, com um plenário eleito, podendo os psicólogos do Rio de Janeiro se orgulharem de sua organização política.

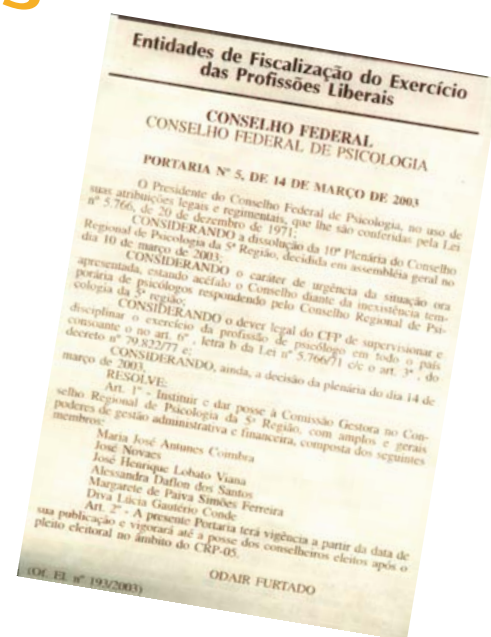
Histórico

Em outubro de 2002, uma medida judicial afastou o então presidente do CRP/RJ do cargo, assumindo a presidência, interinamente, a psicóloga Márcia Tassinari.

A designação de uma Comissão Gestora para o CRP05 fez-se necessária quando, em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 10 de março de 2003, os psicólogos do estado decidiram, por maioria dos presentes (apenas um voto contrário), destituir sua X Plenária, empossada em setembro de 2001.

A situação caótica em que se encontrava o CRP05 apresentou-se mais grave quando foram divulgados alguns dos resultados das Auditorias realizadas pelo CFP e pelo TCU, que davam conta de inúmeras irregularidades na gestão do CRP05: contratos com empresas sem prazos determinados, inexistência de licitações, cobrança de dívidas dos psicólogos por empresa terceirizada, cobrando taxas superfaturadas, dentre outras.

Com a destituição do X Plenário, o CRP do Rio de Janeiro passou a ser conduzido por uma Comissão Gestora, indicada pelo Conselho Federal de Psicologia, composta pelos seguintes psicólogos: Diva Gautério Conde (presidente), José Novaes (Vice-presidente), Maria José Coimbra (Tesoureira), Alessandra Daflon (Secretária), José Henrique Lobato e Margarete de P. Simões. Em outubro de 2003, mais três psicólogos vieram somar-se ao trabalho da Comissão: Analice Palombini, Eliana Vianna e Fabiana Valadares.



Publicação no Diário Oficial da União que instituiu a Comissão Gestora para o CRP 05.

A reconstrução possível

Ao assumir o CRP do Rio de Janeiro, a Comissão Gestora encontrou vários setores paralisados e as rotinas de

O CRP 05 está, em definitivo, resgatado para a legalidade

trabalho prejudicadas: "até os cadastros que tínhamos eram negligentemente administrados", afirma a atual presidente do CRP, Diva Conde. Dezenas de prontuários encontravam-se empilhados, à espera de deferimentos ou de pareceres jurídicos.

Desde a intervenção decretada pelo Conselho Federal, medidas de reconstrução profundas se iniciaram no CRP. "Hoje sabemos", afirma a presidente Diva, "que, para que o CRP05 tenha restituída de forma plena sua transparência ética, fundamental ao funcionamento de qualquer instituição pública e a um conselho profissional, é preciso que a concepção que um dia transformou este Regional em um reduto de administração personalista, privada, vedada ao conhecimento e à análise pública, nunca mais encontre lugar no Rio de Janeiro".

Seminário Nacional de Cursos de Especialização em Psicologia

Nos próximos dias 15 e 16 de outubro acontece, na sede o CRP-06/São Paulo, o Seminário Nacional de Cursos de Especialização em Psicologia: Especialização e Cidadania.

O evento, promovido pela ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, em parceria com o CRP, será um espaço de discussão e de encaminhamento de propostas relacionadas à organização e à formação de psicólogos em nível de especialização. De todo o país virão coordenadores de cursos de especialização em Psicologia para participarem dos debates.

O encontro possibilitará tanto a discussão de temas atuais, relevantes para a qualificação dos cursos, quanto a criação de mecanismos de articulação entre instituições, como, por exemplo, o intercâmbio de bases de dados sobre os cursos e fontes de informação sobre os trabalhos realizados.

A meta é que, a partir da interlocução de diferentes abordagens e pontos de vista, sejam construídos os parâmetros que nortearão as futuras posições no

Os coordenadores dos cursos de especialização em Psicologia, credenciados ou que pretendem ter o selo de credenciamento, não podem deixar de participar.

campo pós-graduação em Psicologia: cursos de especialização que efetivamente possibilitem o fortalecimento da ciência, num padrão de qualidade que responda às exigências da sociedade.

Como parte das atividades do

seminário, está prevista a instalação da Câmara de Especialização da ABEP, com o objetivo de se constituir em porta-voz e espaço de articulação dos cursos. A Câmara foi criada há um ano, no Encontro Nacional da ABEP em João Pessoa, e seus atuais membros estão participando da construção do Seminário.

Mesas redondas, apresentações das câmaras temáticas, painéis e plenária estão previstos como programação do evento.

Os cursos de especialização em Psicologia, **credenciados** ou que pretendem ter o selo de credenciamento do CFP, para poderem certificar seus alunos como Especialistas em Psicologia, não podem deixar de participar.

Informações, em breve, no *site* da ABEP.

Com a Resolução CFP 07/01 que instituiu o título de especialista em Psicologia, o CFP deu início ao processo de credenciamento de cursos de especialização.

Polícia Federal abre credenciamento para psicólogos

Coluna da ABEP

A assinatura da Lei no. 10.826, de 23/12/03, tornou obrigatória a Avaliação Psicológica ao candidato que deseja adquirir uma arma ou obter o porte de arma de fogo.

Sendo assim, a Polícia Federal está abrindo o processo de credenciamento de psicólogos para a realização de Avaliação Psicológica para a expedição de porte e de registro de armas.

O credenciamento está ocorrendo, inicialmente, em caráter provisório. Para o procedimento de credenciamento é necessária a comprovação de que se possui três anos de efetivo exercício da profissão e de prática com os instrumentos a serem utilizados, ou a apresentação de certificado de conclusão de curso dos testes exigidos, com carga horária mínima de 80 horas-aulas, dentre outros documentos.

Ensino Superior em pauta

A ABEP esteve presente no Colóquio sobre a Reforma da Educação Superior, promovido pelo Ministério da Educação, no mês de junho. Na ocasião, o Ministro da Educação apresentou o documento base para a reforma do Ensino Superior no Brasil. A partir do referido documento deverá ser feita a proposta de Projeto de Lei da reforma universitária.

Ainda com relação à reforma universitária, o Ministério da Educação está promovendo uma série de audiências públicas em diferentes estados do país com o objetivo de discutir seus diversos aspectos. No *site* do MEC (www.mec.gov.br) encontra-se a agenda dos eventos e alguns documentos já produzidos. O Projeto de Lei da reforma

universitária deve ser apresentado ao Congresso Nacional no mês de novembro. Dependendo do Projeto, a Psicologia, em especial, pode se ver na situação de ter de refazer seus cursos de graduação antes mesmo de ter a oportunidade de implantar as diretrizes curriculares recém aprovadas. Por isso, todos devem acompanhar o andamento das audiências!



A ABEP também está apoiando a organização do I Fórum Paulista de Ensino de Psicologia, evento patrocinado pelo CRP e Sindicato de Psicólogos de São Paulo, que será realizado no final deste ano e que tem, como um dos objetivos, criar o núcleo da ABEP em São Paulo.

www.abepsi.org.br

Colóquio Nacional

A Utilidade Social da Psicanálise: a regulamentação em questão
 Promoção: Escola Brasileira de Psicanálise
 Data: 18/09/2004
 Local: Teatro da Assembléia Legislativa de Minas Gerais
 E-mail: epbmg.bhe@terra.com.br

III Encontro Latinoamericano de Alternativas em Psicologia

Data: 22 a 25 de setembro de 2004
 Endereço: Hotel Hyatt
 Cidade: Acapulco - México
 E-mail: info@amapsi.org

IV Congresso Mundial de Psicoterapia

Data: 27 a 31 de agosto de 2005
 Cidade: Buenos Aires - Argentina
 E-mail: info@4cmp.org.ar

Jornada Internacional de Sexualidade Humana: Medicina e Psicologia da Sexualidade

Data: 24 e 25.09.04
 Endereço: Centro de Convenções
 Cidade: Ouro Preto - MG - Brasil
 Telefone: (31) 32412089
 E-mail: ramonlmoreira@ig.com.br

XXII Jornada Sul-rio-grandense de Psiquiatria Dinâmica e II Encontro Ibero-americano de Qualidade de Vida

Data: 19.08.04 a 21.08.04
 Endereço: Centro de Eventos da AMRIGS
 Cidade: Porto Alegre - RS - Brasil
 Telefone: (51) 32253763
 E-mail: salahum@terra.com.br
 Link: <http://www.ufrgs.br/psiq/celg.html>

I Fórum Catarinense de Ciências do Esporte e Saúde

Data: 19.08.04 a 21.08.04
 Endereço: Fiesc
 Cidade: Florianópolis - SC - Brasil
 Link: <http://www.napcie.com.br>

VI Congresso Brasileiro Psicologia e Trânsito: compromisso social com a circulação humana

Data: 10.11.04 a 13.11.04
 Endereço: Universidade Católica Dom Bosco
 Cidade: Campo Grande - MS - Brasil
 E-mail: gislene.macedo@uol.com.br

V Congresso do NESME - Núcleo de Estudos em Saúde Mental, IV Encontro Paulista de Psiquiatria e Saúde Mental e VII Jornada da SPAGESP- Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo

Data: 12.05.05 a 15.05.05
 Endereço: Rádio-hotel Serra Negra
 Cidade: São Paulo - SP - Brasil
 Site: <http://www.spagesp.hpg.ig.com.br>

Seminário "Subjetividade e a Questão da Terra"

Data: 13.08.04 a 15.08.04
 Endereço: Auditório da Confederação Nacional da Indústria - CNI
 Cidade: Brasília - DF - Brasil
 Telefone: (61) 429-0100

I Congresso Paraibano de Psicologia

Data: 11.08.04 a 14.08.04
 Endereço: Espaço Cultural do Unipê
 Cidade: João Pessoa - PB - Brasil
 Telefone: (83) 21069218
 Site: <http://www.cpsi2004.com>

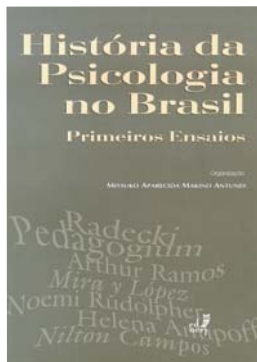
I Encontro de Editoras de Revistas Científicas da Área de Psicologia

Data: 30.08.04
 Endereço: CRP de São Paulo (CRP06)
 Cidade: São Paulo - SP - Brasil
 Telefone: (11) 30918391
 E-mail: coordenacao@bvpsi.org.br

História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios

O livro aborda a história da Psicologia no período de 1944 a 1988, em 227 páginas, e resultou do interesse cada vez maior por este assunto, demonstrado pelo aumento do número de pesquisadores.

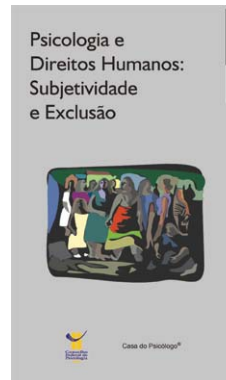
Organização: Mitsuko Aparecida Makino Antunes, com o apoio do Conselho Federal de Psicologia.



Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão

Neste novo volume da série Direitos Humanos, "Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão", a Comissão de Direitos Humanos do CFP divulga os trabalhos apresentados no III e IV Seminários Nacionais de Direitos Humanos e no IV Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais.

No Seminário de 2001 (III Seminário), foram tratados aspectos relacionados à campanha de Direitos Humanos daquele ano, que girou acerca do problema da infância e da juventude, cuja palavra de ordem era: "Para nossas crianças, nem cadeia, nem caixão". No ano de 2002, o que deu o tom dos debates foi a relação entre Psicologia, exclusão social e subjetividade. Naquele ano, a campanha contra o racismo afirmou para todo o Brasil: "O Preconceito racial humilha; a humilhação social faz sofrer".



SRTVN 702 Ed. Brasília Rádio Center sala 4024-A
 CEP: 70.719-900 Tel: (61) 429-0100 Fax: (61) 328-1728
 e-mail: federal@pol.org.br Home page: www.pol.org.br

